

As portas abertas das Casas de Cultura

Maria Duarte, a nova presidente do Conselho de Cultura, avisa aos navegantes que sua Casa não é feita só de barro

MARCOS SAVINI

Vice-presidente do Conselho de Cultura do DF desde a sua instalação em setembro de 1990, Maria de Souza Duarte passou à presidência do órgão em janeiro deste ano — ocupando a vaga deixada por Tetê Catalão ao ingressar na equipe de Fernando Lemos na Secretaria de Cultura, Esporte e Comunicação do GDF, como assessor especial do Departamento de Ação Social.

No papel de nova presidente do Conselho de Cultura, Maria Duarte conta nesta entrevista ao *Jornal de Brasília* quais as principais preocupações e linhas de atuação que pretende priorizar na coordenação daquele órgão. Entre elas, destaca-se seu projeto para a criação das Casas de Cultura nas cidades-satélites, acolhido em forma de documento pela Comissão de Casas de Cultura criada pelo GDF — além de sua contribuição na elaboração do projeto de lei do deputado distrital Pedro Celso que cria um "sistema de capacitação e profissionalização de pessoal para a área sócio-cultural" com o nome de *Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Cultura (CEDRHUC)*.

Maria Duarte nutre interesse pelas questões culturais desde o final da década de 50, quando, ainda estudante universitária, integrou o CPC da UNE. Mestre em Educação Brasileira pela Universidade de Brasília, tem especialização em *Planejamento Educacional* pela Fundação Getúlio Vargas, *Política Cultural, Administração e Gerência* pela OEA; além de cursos em *Recursos Humanos para Cultura e Casas de Cultura* realizados em programas vinculados ao Ministério da Cultura da França — onde aprendeu a enxergar as Casas de Cultura como local de socialização que transcende e incorpora a mera criação de espaço para o desenvolvimento de atividades artísticas.

Jornal de Brasília — Como estão os trabalhos do Conselho de Cultura nestes dois primeiros meses sob a nova presidência?

Maria Duarte — O Conselho de Cultura passa por uma fase de reestruturação e reavaliação da atuação do seu primeiro ano de existência, principalmente no que se refere às suas atribuições, na medida em que foi criado pela Lei nº 111/90 com funções normativas em relação às questões culturais do Distrito Federal. Estamos rediscutindo algumas questões pendentes e estabelecendo critérios para a concessão de auxílios e subvenções a projetos. O que temos como certo, é que para exercer estas funções, deve-se clarear as formas de articulação do Conselho de Cultura com a Secretaria de Cultura, Esporte



Maria Duarte: "Achar que Casa de Cultura é exclusiva à linguagem artística representa um entendimento inadequado"

te e Comunicação Social, com os Conselhos Regionais de Cultura, e com as várias organizações da sociedade civil ligadas às questões culturais do DF. Estamos defendendo isto neste momento: como clarear estas articulações do ponto de vista político e jurídico.

O Conselho de Cultura realizará uma audiência pública para discutir a Lei nº 158/91, que trata aos instrumentos de Apolo e Incentivos à Arte e Cultura no DF? Quando será?

Estamos terminando um trabalho sobre os procedimentos a serem seguidos para obtenção de recursos do *Fundo de Apoio à Cultura*. Este trabalho será apresentado em Audiência Pública no dia 16 de março, às 18h00, na *Sala Alberto Nepomuceno* do Teatro Nacional. Ela será aberta a todos os interessados, para receber contribuições, críticas, sugestões e propostas.

Você falou em questões pendentes em relação a atuação do Conselho de Cultura no ano passado. Quais são?

Um assunto extremamente discutido e importante para o Conselho, é o das Casas de Cultura a serem instaladas em todas as administrações regionais do DF. Falou-se muito em construir espaços físicos

para abrigar cinemas, teatros... alguns até caros e luxuosos, mas não se teve nenhuma preocupação maior em definir o que é uma Casa de Cultura. Achar que elas são espaços exclusivos às linguagens artísticas, representa um entendimento inadequado do que é uma Casa de Cultura. Formulei um documento — aprovado pela Câmara de Desenvolvimento Cultural e apresentado no 2º *Seminário de Cultura do DF* — que esclarece a definição e os princípios básicos do que é uma Casa de Cultura. Este documento está servindo de base para as discussões da Comissão de Casas de Cultura da *Secretaria de Cultura, Esporte e Comunicação*. Já aconteceram duas reuniões, mas eu não sei como está o trabalho da comissão neste momento. De qualquer maneira, acho fundamental que as Casas de Cultura não sejam um espaço para desenvolver x ou y atividades artísticas.

Que outras questões estão entre as principais preocupações do Conselho de Cultura?

Consideramos importante a questão da formação de pessoal para a área cultural. Precisamos desmistificar a idéia de que qualquer pessoa pode atuar, dirigir e conduzir atividades culturais. Esta-

mos trabalhando pela profissionalização na área. Tivemos uma grande participação na discussão e elaboração do projeto da Lei sobre o assunto que o deputado Pedro Celso dá entrada hoje (ontem) na Câmara Legislativa. O Conselho de Cultura tem muito interesse neste projeto, e esperamos que seja aprovado pelo Poder Executivo e Legislativo do DF.

E como está a participação do Conselho de Cultura no projeto da área cultural para a Lei Orgânica do DF?

Estamos encaminhando sugestões para o capítulo da Cultura na Lei Orgânica, e também analisando o anteprojeto apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais e que está sendo analisado pela Comissão de Sistematização. O que mais estranhemos no anteprojeto é que ele não faz nenhuma referência ao Conselho de Cultura. Ele simplesmente inexistente no anteprojeto.

E como está o relacionamento do Conselho de Cultura com o secretário de Cultura, Esporte e Comunicação do GDF, Fernando Lemos?

O que está acontecendo é que Fernando Lemos assumiu a secretaria em dezembro, e o Conselho de Cultura retornou em janeiro. Tive-

mos poucos contatos, até porque ele é um tri-secretário. Sentimos muito a sua ausência nas reuniões do Conselho de Cultura, mas acredito que temos vários pontos em comum, principalmente pela presença de Tetê Catalão como assessor especial da secretaria. Temos a esperança e a confiança que este fato cria e assegura ligações de maior comprometimento com a Secretaria de Cultura, Esporte e Comunicação. Mas é necessário que a gente se encontre pra discutir a atuação do Conselho de Cultura como órgão normativo da política cultural do DF. Precisamos discutir questões como o relacionamento dos Conselhos Regionais com a *Secretaria de Cultura, Esporte e Comunicação*, com o Conselho de Cultura e com as comunidades. Este negócio não está claro, pois a lei que criou o Conselho não tem nada específico para a regulamentação administrativa e jurídica dos Conselhos Regionais — traçando suas atribuições, competências e objetivos. Este assunto tem sido tratado a nível de discussões que não são operacionalizadas, apesar de ser um assunto fundamental para viabilizar as Casas de Cultura e outras questões relativas a cada administração regional.